



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



487ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO
DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, no auditório da sede da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, localizada na antiga Rodoferroviária, reuniu-se a quadringentésima octogésima sétima reunião ordinária, sob a presidência do conselheiro Mário Gil Guimarães e do vice-presidente Antônio Raimundo Negrão Costa e presentes os Conselheiros: Aryadne Marcia Argolo Muniz, César Ricardo Rodrigues Cunha, Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Francisco Ramalho Medeiros, Isanete Soares de Oliveira, Lívia Márcia Faria e Silva, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, Luiz Geraldo Matheus Figueira, Maraísa Bezerra Lessa, Ricardo Freire Vasconcelos, Julio Cezar Pimentel de Santana, Olga Maria P. Jacobina de Souza, Jurema Paulo do Nascimento, Lídia Dourado Clímaco. E ausentes a conselheira Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito representando pelo seu suplente Dr José Theodoro de Carvalho, Maria do Socorro P. Garrido, Cel. Cirlandio Martins dos Santos da Secretária de Segurança Pública que foi representado pelo seu Suplente Major José do Nascimento R. Martins, a conselheira Rosemary Soares Antunes Rainha Representante da Sociedade Civil e representada pelo seu Suplente Edilson da Silva Santos. Convidados a Sra Kelly Cristina Vieira Silva, Marina Saraiva, Ademário Britto, Ana Luiza Alves Rosa, como representantes dos CAPS AD do Distrito Federal. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou aberto a plenária e iniciou os trabalhos solicitando discussão e aprovação da ata da plenária anterior. Conselheira Dayse pediu para retificar sua fala na informação sobre a Clínica Ser, onde ela falou sobre a deliberação de retornar a comunidade terapêutica e que teria dito isso no mês de julho. Conselheiro Cel Figueira pediu retificação informando que agradeceu o apoio do CONEN no evento da semana distrital de prevenção as drogas, principalmente ao Conselheiro Negrão por ter apresentando o trabalho da boneca do cigarro, apelidada de Altina. Não havendo mais sugestões de alterações, o presidente pediu aprovação onde foi feita por unanimidade; dando continuidade aos trabalhos o presidente sugeriu inversão da pauta objetivando agilizar a entrega dos certificados das comunidades terapêuticas que tiveram aprovado o registro de entes e agentes antidrogas do Distrito Federal – CEAAD/DF; o presidente entregou a certificação ao representante da comunidade Criação de Deus. Passando a pauta, o Conselheiro Ramalho falou resumidamente sobre a sua participação na Reunião do Conselho de Saúde Mental, da Diretoria de Saúde Mental, da Secretaria do Estado de Saúde do DF, ocorrido no dia 13 de novembro de 2012, no CAPS AD Rodoviária, onde foi debatida a metodologia de trabalho dos CAPS AD em relação ao trabalho desenvolvido pelas Comunidades Terapêuticas, e em especial o CAPS AD Sobradinho, de onde foi elaborado o documento deste debate. O Conselheiro Ramalho enfatizou sua luta, tanto como representante de uma instituição terapêutica como conselheiro do CONEN, para que seja fortalecida a metodologia da rede e que o sistema de saúde respeite e reconheça a atuação do trabalho das comunidades no tratamento de dependentes químicos. Relatou que em muitos casos o que acontece no CAPS também está sendo desenvolvido nas comunidades terapêuticas, o que favorece a um trabalho em rede, um trabalho de continuidade do tratamento. O Conselheiro reforçou a necessidade dos representantes dos CAPS conhecerem melhor as comunidades terapêuticas in loco. Informou ainda, que no decorrer dos debates o Diretor da Coordenação de Saúde Mental, Dr. Augusto Cesar, tinha conhecimento do documento elaborado pelo CAPS AD Sobradinho e que para ele deveria ser estendido para todos os outros CAPS AD, mas que concordou em debater sobre os





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



termos deste documento e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para elaboração de um documento que promova uma integração entre o trabalho dos CAPS AD e o das Comunidades Terapêuticas. O Presidente falou sobre sua visão positiva dessa discussão, dos bons frutos que serão gerados como resultado desse grupo de trabalho que normatizará de maneira simples a relação dos CAPS com as Comunidades Terapêuticas. Salientou que esse grupo de trabalho deve ser publicado pela Secretaria de Saúde por trata-se de um procedimento definido por aquela equipe de saúde mental e pediu os nomes dos participantes do CONEN. Conselheiro Ramalho sugeriu a participação do vice-presidente em face da sua experiência profissional. Conselheira Livia falou que ficou claro na reunião que existe uma dificuldade de interação entre os pares; Observou, como exemplo, que muitas comunidades tem dificuldades de conduzir seus residentes aos CAPS e sugeriu um trabalho que promova uma maior confiabilidade dos CAPS para continuação do tratamento nas comunidades terapêuticas. Conselheira Jurema Justificou a ausência da Conselheira Maria Garrido em face de outra reunião no CAPS AD Rodoviária; Falou da necessidade da participação do CONEN, CAPS e Comunidades Terapêuticas neste grupo de trabalho. Conselheiro Ramalho solicitou maior pontualidade neste trabalho, alegando o tempo que esse tema vem sendo discutido e nada foi concluído até agora. Após debates, foi deliberado a participação dos conselheiros: Ramalho, Livia, Dr. Negrão, Maria Garrido e Jurema para comporem esse grupo de trabalho. Presidente encerrou o tema e informou que o CONEN irá enviar um ofício para a DISAM sugerindo os nomes. Conselheira Jurema aproveitou para informar que na reunião também ficou decidido que todos os CAPS estarão fazendo o encaminhamento para as Comunidades Terapêuticas e que serão informadas desse novo procedimento. O Presidente disse que já foi oficiado desta descentralização do CAPS AD Rodoviária; Explicou que antes era o único CAPS AD que fazia encaminhamento às Comunidades Terapêuticas, mas que agora todos os CAPS irão fazê-lo. Finalizou dizendo que a Subsecretaria vai enviar um Ofício informando sobre os novos procedimentos para melhor controle das vagas, principalmente para aquelas Comunidades que possuem contrato junto a Secretaria de Justiça. Lembrou ainda, que no próximo mês fará uma reunião com as comunidades para aproximar o executor técnico do contrato. Conselheira Aryadne observou que o gerente do CAPS tem suas responsabilidades e tem de adotar uma atuação técnica. Disse ainda que o maior questionamento da área de saúde é sobre a capacitação das comunidades para aplicar um plano terapêutico, pois muitas das visitas que ela fez às comunidades constatou um cenário mais de abrigamento do que de tratamento. Conselheiro Cesar observou sobre a dificuldade dos CAPS de avaliar quais as comunidades estão realmente trabalhando um plano terapêutico e alertou sobre algumas instituições que estão recebendo pelo contrato da SEJUS e ainda estão cobrando dos familiares dos residentes, como por exemplo, a consulta psiquiátrica. Presidente passou a palavra aos representantes dos CAPS AD onde a Sra Ana Luiza, representante do CAPS Guará, falou sobre algumas dificuldades que são encontradas em comunidades terapêuticas: deu como exemplo a resistência de algumas na condução medicamentosa de pacientes que necessitam; Falou de casos de representantes de comunidades terapêuticas que exigem prioridade no atendimento, ignorando aqueles que já estão aguardando e lembrou que o CAPS é aberto para atender toda a população. Por fim salientou que a aproximação é possível e importante. A Sra Marina, do CAPS Adolescente, falou sobre algumas de suas dificuldades no processo de avaliação do paciente, pois no caso da criança e adolescente as comunidades não tem um acompanhamento adequado; Disse ainda sobre os casos de pacientes que são levados direto para as comunidades terapêuticas pelos conselhos tutelares, dificultando um processo de avaliação inicial. O Presidente entrevistou e sugeriu





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



um encontro do CAPS Adolescente com o conselho tutelar para melhor definição desses encaminhamentos. Sra Kely do Caps Ceilândia falou que acha positiva a descentralização dos encaminhamentos, pois vai indicar a necessidade das equipes dos CAPS AD da necessidade de conhecerem as comunidades terapêuticas de sua região, promovendo uma melhor aproximação. Observou também que as Comunidades não tem conhecimento do trabalho dos CAPS, e questionou as comunidades por receberem pacientes encaminhados pelos seus familiares sem observar alguns cuidados importantes no tratamento de um dependente químico. Explicou que o acolhimento correto primeiramente é no CAPS, que providencia o encaminhamento de desintoxicação e depois a definição de um plano terapêutico individualizado. Conselheiro Edilson pediu a palavra para parabenizar o trabalho do CAPS Ceilândia. O Secretário Executivo pediu a palavra para lembrar sobre a atuação de um processo que objetiva na emissão de uma cartilha do CONEN destinado a instruir as comunidades terapêuticas, e sugeriu a participação da equipe de saúde mental que certamente vai contribuir na elaboração de instruções de como as comunidades terapêuticas devem proceder no acolhimento e encaminhamento de um dependente químico a rede de saúde. Sr. Ademário, representante do CAPS AD Santa Maria, falou sobre a reunião e defendeu que pode haver um maior respeito à entendimento mútuos. Explicou seu pensamento exemplificando que alguns tratamentos podem ser realizados direto nos CAPS AD, mantendo o paciente inserido na sociedade, e que a internação pode ser vista como uma ultima opção no processo terapêutico. Observou que, cada paciente tem um plano terapêutico individualizado, não sendo necessária a participação em todas as atividades terapêuticas, mas sim daquelas ao seu tratamento. Falou sobre a impossibilidade de criação de comunidades terapêuticas públicas, mas informou que o GDF já está trabalhando para a construção das casas de acolhimentos transitórios que estarão próximo fisicamente dos CAPS. O Vice-presidente Antonio Negrão sugeriu que os representantes dos CAPS aqui presentes, sejam os mesmos a participarem das reuniões do grupo de trabalho que será constituído para tratar dessa aproximação entre o CAPS e as comunidades terapêuticas. Fazendo uso da palavra, o Doutor Leonardo Moreira, da Subsecretaria de Política sobre Drogas, comentou sobre a estrutura da política de saúde mental voltado para as comunidades terapêuticas, que foi definida através da Portaria do Governo Federal, como um sistema apenas de abrigamento e transferindo a assistência para rede pública. Observou que a rede de assistência é deficitária em alguns aspectos. Observou, por exemplo, que o CAPS Guara atende além de sua capacidade no tocante a quantidade de pessoas que procuram atendimento e falou também sobre a falta de capacitação de alguns agentes. Considerou ser de extrema importância acrescentar outros elementos de atendimento dentro da rede para assessorar e melhorar a assistência, e lembrou sobre uma ideia que surgiu no curso das Comunidades Terapêuticas de uma equipe volante para atender essas Comunidades, composta por médicos, psiquiatras, psicólogo e assistente social que ficaria a disposição dessas comunidades para assessorar na assistência. Lembrou que existem diferentes tipos de comunidades que fazem acolhimento, umas com plano terapêutico, outras apenas acolhimento. Sugeriu uma intervenção do próprio CONEN numa política que possibilite uma avaliação psicológica dentro das comunidades terapêuticas e encerrou falando que as Unidades de Acolhimento Transitório é uma ferramenta importante que vai ajudar na assistência. Conselheiro Ricardo pediu a palavra para elogiar um trabalho que está ocorrendo de triagem e encaminhamento de presos para o tratamento para dependência química. Encerrado esse tema da pauta e dando continuidade aos trabalhos, o Presidente informou que a plenária de Janeiro será no dia 10 do Mês, atencipou justificando que alguns conselheiros estarão ausentes na primeira semana do ano em face do recesso do final de ano. Passando a pauta, o presidente abriu para as





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



sugestões do evento de confraternização do CONEN. Após debates e votação ficou deliberado pelo almoço de confraternização na churrascaria Gril Sul, na quinta feira, dia 13 de dezembro às 12:00. Conselheiro Ramalho pediu para comunicar sobre o segundo encontro da Família da drogadição promovido pela Sociedade Bíblica que será realizado na Polícia Militar do Distrito Federal, o Presidente pediu ao conselheiro que formalize para ser encaminhado a todos os demais. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente abriu para relatórios e pareceres para a concessão de registros de entes e agentes antidrogas do Distrito Federal - CEAAD/DF, o Conselheiro Antônio Negrão que fez a leitura do relatório da comunidade terapêutica Transforme, e que após ofereceu o parecer de concessão de registro precário, ou seja, um ano, com prazo de trinta dias para adequações que serão encaminhadas por escrito. Após debates, o Presidente abriu para votação onde todos votaram com o relator. Conselheiro Ramalho sugeriu a todos para que tenham conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, para melhor capacitação quando forem visitar comunidades que envolvam a questão da criança e do adolescente. Conselheira Maraisa sugeriu um destaque para o tratamento de crianças e dos adolescentes, lembrou da dificuldade que é o tratamento do adulto e mais ainda é o da criança e do adolescente, sugeriu um debate para tratar especificamente deste tema. Presidente sugere que seja feito um encaminhamento do tema para a câmara técnica de tratamento. Dando continuidade, o presidente passou a palavra para a Conselheira Daisy Rotávio para leitura do relatório do processo do Instituto Bom Samaritano – Comunidade Terapêutica MAANAIM conforme solicitado pela conselheira inclusão na pauta previamente. Conforme a conselheira, o relatório já tinha sido lido no mês de março e na época foi analisado pelos conselheiros designados com parecer da não concessão do registro àquela instituição. Foi deliberado naquela plenária o sobrestamento deste processo em função da competência. Aproveitou para lembrar e reforçar sua preocupação sobre a questão da competência do CONEN/DF em conceder registro a estas comunidades terapêuticas que ficam localizadas fora da região geográfica do Distrito Federal, mas abrangidas pela RIDE. O Presidente questionou sobre instituição atender os requisitos para a concessão de registro precário; Conselheiro Ramalho apresentou uma sugestão de que seja feita uma nova vistoria, em face do tempo, para verificar se ocorreu algumas adequações para, pelo menos, ter direito a concessão do registro precário. Conselheiro Ricardo falou sobre a Lei da RIDE, das cidades que são abrangidas e observou que a lei prevê a possibilidade do estabelecimento de convênio entre os entes que integram a RIDE, para então uma ação do CONEN/DF em parceria com o CONEN/GO. Presidente concordou e apresentou Ofício do Presidente do CONEN/GO que demonstra o início desta parceria, cuja cópia foi entregue a cada conselheiro. O Presidente sugeriu a todos os conselheiros presentes uma avaliação das propostas apresentadas que, após debates, foi aberto para votação e aprovado por 8 a 4 votos pelo retorno à comunidade terapêutica e a elaboração de um novo relatório para próxima plenária. A Conselheira Daisy pediu que fosse incluso no processo do Instituto Bom Samaritano cópia do documento encaminhado pelo CONEN/GO. Reiterou atenção da Secretaria Executiva quanto da elaboração das atas no tocante a algumas falas que não estão sendo registradas e alertou os demais conselheiros presentes para a importância do registro de suas participações e que revisassem as atas. Questionou sobre a publicação das atas referentes ao ano de 2011 e atualização do ano de 2012. Sugeriu que as minutas das atas fossem encaminhadas aos conselheiros até uma semana após a realização da plenária e que fossem numeradas as linhas das atas. Questionou sobre a possibilidade de serem gravadas as plenárias. O Presidente informou de um processo de aquisição de bens de estruturação física deste conselho, através de um convênio com a SENAD, que permite ter um sistema de gravação das reuniões para





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



melhor registro das oratórias do colegiado. O Presidente destacou sobre a diversidade de assuntos debatidos na plenária, mas lembrou que todo conselheiro pode requerer que determinadas falas sejam registrados em ata para melhor registro de suas ações. Dando continuidade a pauta, o presidente fez despacho de vários processos aos conselheiros e depois passou para o ultimo tema da pauta, assuntos gerais, onde a Conselheira Olga pediu a palavra e renunciou à Coordenação da Câmara Técnica de Tratamento alegando motivos pessoais, e sugeriu então a coordenação ao conselheiro Cesar, que foi aprovado por todos os conselheiros presentes. A Conselheira Maraisa aproveitou então e apresentou sua renuncia da Coordenação da Câmara Técnica de Educação pelos seus motivos pessoais, e sugeriu a Conselheira Isanete para essa coordenação, que foi aprovado por todos os conselheiros presentes. Conselheiro Martins pediu para registrar o retorno do conselheiro Ten Cel Cirlândio para a próxima plenária. Conselheira Maraisa sugeriu a inclusão na pauta sobre o FUNPAD, pois foi questionada de como funciona e ela teve dúvidas para explicar sobre os procedimentos. Presidente explicou que após o decreto do governador, o Fundo Antidrogas-FUNPAD passou a ser gerido pelos conselheiros do próprio CONEN. Que atualmente, o fundo não possui recursos extras disponível, pois os recursos existentes estão destinados ao pagamento das vagas nas comunidades terapêuticas; Que existem outros projetos para serem aprovados para 2013, como por exemplo, de subvenção social e auxílio investimento. Que os recursos do FUNPAD, exercício 2013, está em processo de aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal com previsão de recursos no valor de quatro milhões de reais. Conselheira Maraisa pediu que seja apresentado na proxima plenária o relatório de prestação de contas dos recursos do FUNPAD do exercício 2012. O Presidente anunciou sobre o evento de assinatura do convênio do Governo do Distrito Federal com o Governo Federal ao programa Crack é Possível Vencer e pediu a participação de todos os conselheiros. Assim, por tudo isso dito e nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, foi dada por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alexandre Rocha de Matos, redigi, lavrei e datei a presente ata, que após lida, vai assinada por mim e pelo presidente Sr. Mario Gil Guimarães.

MARIO GIL GUIMARÃES
Presidente

ALEXANDRE ROCHA DE MATOS
Secretário Executivo

